

Sobre a produção historiográfica no Brasil oitocentista: entre a razão e a emoção (1838-1858)

Thiago Alves Nunes Rodrigues Tavares*

Dos diversos instrumentos utilizados pelo homem,
o mais espetacular, sem dúvida é, o livro.
Os demais são extensões de seu próprio corpo.
O microscópio, o telescópio,
são extensões de sua vista;
o telefone é a extensão de sua voz;
em seguida, temos o arado e a espada,
extensões de seu braço.
O livro, porém, é outra coisa:
o livro
é uma extensão da memória
e da imaginação.

(Jorge Luís Borges, *Cinco Visões Pessoais*)

Entendemos as palavras de Borges apresentem-se seminais para o desenvolvimento das reflexões que se pretende desenvolver ao longo deste trabalho, pois acreditamos que as mesmas sejam boas para pensar os processos pelos quais se constituem o campo historiográfico no Brasil oitocentista, da estabilização do conceito nação que perpassa a discussão historiográfica ao longo do oitocentos, a realização de uma historiografia de caráter pragmático, bem como seus desdobramentos no processo de constituição de uma nação brasileira. Campos estes, passíveis de serem prescrutados no estudo das atividades do Instituto Historico e Geographico Brasileiro (IHGB), e que, conforme apontam nossas investigações, esteve para além de viabilizar a existência de uma História do Brasil. Mas instituição forjada com a incumbência de uma empreitada maior, onde a escrita da história, haveria de se apresentar como meio para a construção de um dispositivo capaz de substituir a recorrência à força, em proveito das civilizadas e civilizadoras penas, tendo por objetivo seu uso político (GUIMARÃES, 2004), ou seja, viabilizar a realização de uma nação brasileira, para o que chama-nos também a atenção Georges BALANDIER (1982), para o qual o poder

* Doutorando em Teoria da História e Historiografia no PPG em História da UFRGS; Coordenador do Curso de História das Faculdades INTA.

não se consegue manter nem pelo domínio brutal, nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. (p. 07)

Daí o desenvolvimento de nossas reflexões em torno da razão e emoções sobre o que haveria de apoiar-se a historiografia nacional na empresa de agenciamento do Brasil e de seus povos sob a égide da nação. Neste sentido, pondera também, Maria Regina Celestino de Almeida, para quem, pensando em harmonia com Moses Finley, pondera que as memórias coletivas têm fundamental importância na coesão social de grupos. Diz ela que

após a independência, os recém criados Estados americanos depararam-se com a tarefa de construir uma memória nacional que unificasse as populações em torno de novas identidades históricas e culturais. A memória coletiva, importante elemento que dá coesão ao grupo social, é, segundo Finley, seletiva, construída e nunca determinada por fatores inconscientes. Sua função é orientar o comportamento social e, nesse sentido, ela pode se tornar importante instrumento de poder e manipulação. (ALMEIDA, 2007, p. 191)¹

A leitura atenta das idéias apresentadas na Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, evidencia nossas proposições iniciais de trabalho², a de que o IHGB deveria estar para além de engendrar esforços em prol da constituição de uma História Nacional, mas pensar artifícios que atribuíssem marcas de cientificidade a produção e reflexão historiográfica ali realizada, como que esta fosse capaz de tocar as sensibilidades do receptor desta historiografia. Ora, quando em 18 de agosto de 1838, por iniciativa da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* (SAIN), representada pelo Marechal Raymundo José da Cunha Mattos Januário da Cunha Barboza, foi proposta a criação do *Instituto Historico e Geographico Brasileiro* (IHGB), não se

¹ Sugerimos ainda para leitura sobre o conceito de “memória coletiva”, a obra homônima de HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro: Centauro, 2008. Sugerimos também a leitura de RICOEUR, Paul. *La Histoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Seuil, 2000.

² A Historiadora Lucia Maria Paschoal Guimarães não utiliza o termo “devir”, mas aponta que tenha o IHGB produzido uma memória cujos preceitos são materializados na obra varnhageniana. (ARAÚJO, 2009). Lucia Guimarães, em sua tese apresentada na RIHGB, aponta que os trabalhos do IHGB e sua produção foram “direcionados pela memória. Os idealizadores da Academia não se preocuparam com a História. Embora o valor a importância de Clio fossem lembranças permanentes na sua retórica em dias de festa, o levantamento minucioso da *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* [...] permite salientar o descompasso entre o pretense discurso sobre a História e a sua escrita efetiva, ou seja, a sua prática” (GUIMARÃES, 1995)

desejou somente salvar da voragem dos tempos os feitos dos grandes homens, conforme fora proposto

Nós vamos salvar da indigna obscuridade em que jaziam até hoje muitas memórias da pátria e os nomes de seus melhores filhos. Nós vamos assignalar, com a possível exactidão, o assento de suas cidades e villas mais notáveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direcção, suas serras, e a capacidade de seus innumeraveis portos. (BARBOSA, 1856, p. 12)

Salvar da obscuridade, fossem nativos, brancos, negros ou sua síntese, o mestiço. Vislumbramos, ao longo de nossas investigações, que tanto a criação do IHGB, assim como os trabalhos ali desenvolvidos, inseriam-se num projeto maior: a soma de esforços para a criação de uma narrativa Histórica capaz de somar-se ao esforços de construção da comunidade nacional;

A historia é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ella póde diffundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brazil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas.³

Para o que colocava-se de forma imperiosa, o fomento ao desenvolvimento do sentimento daquilo que inicialmente é objetivado como patriotismo, e em meados do oitocentos, de nacionalismo, colocando-se tais discussões, como tema prioritário da agenda política dos estados no século XIX (GUIMARÃES: 2006, p.51.). Conceitos e projeções do e para o mundo político – e para o Brasil, que assim como o próprio campo historiográfico definiam-se *pari passu*, de forma indefinida, portanto, ao longo do oitocentos, conforme nos chama a atenção Temístocles Cezar, em análise do discurso proferido por Cunha Barboza no primeiro ano das atividades do Instituto:

O problema é que, assim como a nação estava sendo construída, a história enquanto disciplina científica estava ainda dando seus primeiros passos. Tal como para o projeto nacional, também não era clara a ideia da história, nem do historiador. O que ele devia mesmo fazer? E mais, como fazer? Algumas palestras proferidas no IHGB são, notadamente, tentativas de normatizar e criar regras para o ofício desse historiador da nação. Não exatamente o que deve ser – não havia tanta clareza assim – mas, sobretudo, o que ele não deve ou não pode fazer. (CEZAR, 2004, p. 12)

³ Martius, Carl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo VI, 1844, p.409.

É o mesmo Cezar quem aponta a forma pela qual este campo historiográfico constituía-se mais ponderando sobre o que não deveria ser dito, feito ou escrito, que orientações positivas do que haveria de ser uma história do Brasil propriamente dita (CEZAR,2011). Se, assim como na contemporaneidade, o historiador era uma figura indefinida, era indefinido também o era o campo da História e indefinido o conceito nação – principalmente no caso do Brasil; para o qual, colocava-se uma demanda nesta relação desenvolvida entre saber x poder de forma imperiosa: que este agenciamento sobre o pretérito urdido em uma narrativa histórica, fosse materializado, de forma pragmática; pragmatismo que marcava tanto a narrativa realista quanto a ficcional, para o que chama a atenção Valter SINDER (2000), ao ponderar que “tanto a literatura como a história eram consideradas como tendo a mesma função: narrar a experiência e o acontecido com o objetivo de elevar o homem” (p. 255), fosse na difusão de mitos de fundação, ou ainda no que diz respeito à difusão de sentimentos e sensibilidades sobre o que havia de ser erigida a nação brasileira. Ora, como informado anteriormente, seja no excerto às reflexões de Cezar, ou ainda, observado ao longo das pesquisas realizadas às paginas do Periódico do Instituto, constata-se grande polissemia na utilização do termo nação, sendo o mesmo empregado em referencia aos selvagens, às nações africanas, ou ainda, ao civilizado e civilizador mundo Europeu, o qual, entende-se inspirasse as projeções destes intercessores imbuídos de patriotismo consorciados ao IHGB.

esta tarefa, em nossas circunstancias, bem superior ás forças de um só homem, ainda o mais emprehendedor, tornar-se-há fácil pela coadjuvação de muitos Brasileiros esclarecidos das províncias do Império, que attrahidos ao nosso Instituto pela gloria nacional, que é o nosso timbre, trarão a deposito commum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma historia geral e philosophica do Brazil. As forças reunidas dão resultados prodigiosos; e, quando os que se reúnem em tão nobre associação apparecem possuídos do mais encendrado patriotismo, eu não duvido preconisar um honroso successo á fundação do nosso Instituto Histórico e Geographico. (p. 12)

Patriotismo que não haveria como sentimento negativo, de oposição ao luso, ao europeu, que não deve ser entendido em sua perspectiva negativa. Conforme nos chama a atenção José Murilo de CARVALHO, o Brasil

não se constituía ainda como nação. O sentimento de identidade que pudesse haver baseava-se mais em fatores negativos, na oposição aos estrangeiros. O nativismo antiportugues permeou muitas, senão todas as revoltas urbanas da Regência. A identidade brasileira aí se definiria pela oposição ao português e

era o fenômeno local determinado pela forte presença lusitana no comércio e nas posições de poder, civis e militares. Ser português não era suficiente para definir a identidade comum ao habitante do Rio de Janeiro, do Recife e Belém. Com mais razão se pode dizer o mesmo do sentimento antiinglês. (p. 237)

Para além então, da constituição de um campo historiográfico, esta historiografia a ser realizada pelo IHGB deveria corroborar a fundação de uma comunidade adjetivada por Benedict Anderson como imaginada (ANDERSON, 1989). Assim, entendemos que, tomar os trabalhos do *establishment*, como voltados tão somente para a constituição de um campo historiográfico, bem como dos processos de validação discursiva coevos ao oitocentos, é adotar uma visão restrita tanto dos objetivos a que se propunha a criação do IHGB como dos usos que haveriam de ser realizados pelo conhecimento histórico. Para isso nos chama a atenção Lilia Moritz SCHWARCZ (1989) quando ela diz que

a ideia de elaborar um grande projeto de construção da história do país proposta pelos institutos históricos em meados do século XIX, mais do que um ato distante e separado da dinâmica imediata, parecia estar associado a uma perspectiva nacional em construção. Escrever a história era, sobretudo, um ato de recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em heróis e eventos até então dispersos. Era essa a meta grandiosa que se expunha aos institutos históricos nacionais a partir dos anos 30 do século passado. (p. 67)

Nesta relação, onde se constitui o campo da historiografia brasileira, entendemos que, o levar a cabo a escrita de uma história nacional, apresenta-se como que um meio para a realização de um objetivo maior, a realização da nação brasileira; a qual, dentro da relação estabelecida, haveria de apresentar-se como um devir veículo de disseminação da imaginação, da memória, vidas, vozes, visões e eventos capazes de contribuir para a construção e instituição do sentimento de pertença à comunidade nacional; e neste sentido de tomar o tocar a sensibilidade do consumidor de uma historiografia nacional e pragmática, temos o bávaro Carl Friedrich Philipp von MARTIUS (1845) e sua monografia *Como se deve escrever a História do Brasil*.

Para além de apontar o tratamento a ser dispensado à diversidade entre as províncias e regiões do Império, Martius faz alusão a um aspecto da produção do conhecimento histórico que entendemos influenciar sobremaneira a eleição de sua monografia. Martius não se restringe ao apontamento de como a diversidade deve ser tratada, mas a um aspecto que sobrestá ao ato de produção historiográfica oitocentista. Refere-se a uma narrativa capaz de despertar sentimentos, afetar o leitor no ato de

consumo da obra, estimulando-o ao desenvolvimento de práticas e sentimentos que corroborassem para o estreitamento dos laços e fidelidades entre as províncias, e entre estas e o poder central. Não bastaria, portanto, diante de tais objetivos, ao “historiador philosophico do Brasil” que desejasse ter sua História em órbita, narrar de forma ‘fria’ uma imagem do Brasil.

*Nunca esqueça, pois, o historiador do Brazil, que para prestar um verdadeiro serviço á sua pátria deverá escrever como autor Monarchico-Constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra. D’aqui resulta que a obra, a qual não podia exceder a um so forte volume, deverá ser escripta em um estylo popular, posto que nobre. Deverá satisfazer não menos ao coração que á intelligencia.*⁴

Característica esta dentre outras, que acabaram por credenciar o Bávaro à honrosa empreitada de escrever a história do Brasil, convite recusado pelo autor da monografia vencedora do concurso proposto pelo IHGB, conforme nos é dado a ler em carta do mesmo em resposta ao convite feito por Cunha Barbosa

Monsieur et respectable confrère, je n’oserai pas aspirer moi-même à la gloire d’une entreprise de paraille nature. C’est bien vrai que je me suis occupé dans mes heures de loiser des vestiges de l’histoire ancienne de l’Amérique. Je trouve qu’il serait une tache aussi glorieuse que reconnaissante de reveleur la voile qui couvre jusqu’a présente l’histoire ancienne de la race rouge. Mais ce grand mysthère d’une histoire où tout reste écroulé, où tout est abymé et ruine, — ce grand mysthère demande (ilegível) autres forces que les miennes.⁵

Martius não captara somente o teor dos desejos da comunidade de imaginação consorciada no Instituto, nem tampouco a realidade dispersiva do território, elemento que se contrapunha às aspirações dos dirigentes imperiais em seu projeto de constituição da nação. Para além de apontar “problemas”, indicou como sobrestar a realidade, os problemas postos pelo presente e pelo passado. O cientista viajou pelo território “brasileiro”, conheceu seus povos, sua diversidade, culturas e interesses. Conhecimento ao qual se somaram leituras realizadas em obras de História e narrativas de viajantes que o precederam. Práticas que fazem dele um interlocutor apto a apontar o que haveria de ser uma História do Brasil, e quais os problemas a serem equacionados através da escrita de uma história pátria. Era através da ação exemplar de indivíduos, da

⁴ VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo VI, 1844, p.410-11.

⁵ Carta de Martius ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, 8/Março/1844.

apresentação de eventos inspiradores, dignos da imortalidade, quer seja por sua excelência ou mesmo por sua repugnância, que se pretendeu adornar e instruir a sociedade:

Deve o historiador, se não quiser que sobre ele carregue grave e dolorosa responsabilidade, por a mira em satisfazer aos fins políticos e morais da história. Com os sucessos do passado ensinara à geração presente em que consiste a sua verdadeira felicidade, chamando-a num nexos comum, inspirando-lhe o mais nobre patriotismo, o amor às instituições monárquico constitucionais, o seu sentimento religioso e a inclinação aos bons costumes.⁶

Retomando as palavras de Jorge Luis Borges que nos servem de epígrafe ao nosso trabalho, observamos ao longo, seja do estudo da RIHGB, do projeto de Martius ou ainda da História Geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen, que tal obra, deveria prestar-se ao devir extensão do poder na forja da nação brasileira, como que uma Máquina de Estado capaz de colocar em oposição às Máquinas de guerra representadas pelo localismo, estudo o mais que se colocasse em oposição à constituição da integridade do território, da monarquia constitucional e à formação da nação brasileira. Agenciamento político de povos e território amalgamados por um sentimento de pertença a esta comunidade que viria a ser definido, de forma exemplar, na conferência proferida por Ernest Renan na década de 1880, onde o mesmo define a nação como

Une nation est une ame, un principe spiritual. Deux choses qui, à vrai dire, n'en font qu'une constituent cette ame, ce principe spirituel. L'une est La possession en commun d'un riche legs de souvenirs; l'autre est Le consentement actuel, le desir de vivre ensemble; la volonté de continuer à faire valoir l'héritage qu'on a reçu indivis. L'homme meussieurs, ne s'improvise pas. La nation, comme l'individu est le aboutissant d'un long passé d'efforts, de sacrifices et de deuements. Le culte des ancêtres est de tous le plus légitime; les ancêtres nous ont faits ce que nous sommes. Un passé héroïque, des grands homes, de la gloire (j'entends de la véritable) voilà le capital social sur le on assied une idée nationale. Avoir des glories communes dans le passé, une volonté commune dans le present; avoir fait de grandes choses ensemble vouloir en faire encore, viola les conditions essentielles pour être un people. (*idem*, p. 33-34)

Preocupação em viabilizar a existência deste agenciamento político que pode ser mapeado também no pensamento de varnhageiano, conforme aponta em missiva endereçada a Pedro II

⁶ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo I, 1839, p. 365.

V.M.I. sabe tudo, e quando não desconhece que o empenho principal que me guiou a Penna do Memorial Organico foi o de promover, desde já, com a maior segurança possível a integridade do Império futuro, objecto constante do meu cogitar. – A possibilidade e a conveniência de tal unidade, ainda na época do porvir em que o Brazil possa chegar a contar mais de cem milhões de habitantes, quando o espírito público se torne pela historia de um modo idêntico, foi por mim sustentada tenazmente em 1851 em muitas discussões com os meus amigos deputados pelo norte, e não perco occasião de pregar a *Historia Geral*, que por si só, se for adoptada nas academias, há de contribuir e muito a elevar o patriotismo e à harmonia do espírito nacional, fomentada pela igualdade de educação de todos os súbditos. E aqui repetrei de novo a V.M.I. o que já Lhe disse em 1851, que o motivo principal porque eu emprehendera o florilégio e escrevia biographias de Brasileiros de todas as províncias era para ir assim enfeixando-as todas e fazendo bater os corações dos de umas províncias em favor dos das outras, infiltrando a todos nobres sentimentos de patriotismo de nação, único sentimento que é capaz de desterrar o provincialismo excessivo, do mesmo modo que desterra o egoísmo, levando-nos a morrer pela pátria ou pelo soberano que personifica seus interesses, sua honra e suas glória. E pela minha parte, Senhor, me limito a dizer que o que dá tantas fianças e garantias de honra, de patriotismo e dedicação como as que encontram nesses dois tomos, sacrificaria por V.M.I. mil vidas, se Deus lhe concedesse mil. (VARNHAGEN, 1961, p. 246)